



Governo do Distrito Federal  
Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito  
Federal

Conselho Fiscal

ATA - IPREV/CONFIS

## ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREV-DF – CONFIS

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, de forma presencial foi realizada na Sala de Reuniões do 1º andar do Iprev-DF sito no SCS Q.9 Ed. Parque Cidade Corporate a Nonagésima Quinta Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – CONFIS/IPREV-DF instituído pela Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, como órgão responsável por supervisionar a execução das políticas do Conselho de Administração e o desempenho das boas práticas de governança da unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, voltado ao acompanhamento e a fiscalização do funcionamento da entidade e seus planos de benefícios. A reunião foi presidida pelo Conselheiro Presidente Marcelo Cruz Borba, que convidou a Srta. Anny Caroline Alves de Oliveira, Secretária Executiva dos Conselhos para secretariar a sessão. Participaram da reunião o **Conselheiro Titular Representante do Governo do Distrito Federal**: Sr. Luciano Cardoso de Barros Filho. **Conselheiros Titulares Representantes dos segurados, participantes, ou beneficiários indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos ou pensionistas do Distrito Federal**: Sr. Marcelo Cruz Borba e Srª. Andrea Maria Oliveira Gomes. Os Conselheiros Suplentes Representantes dos segurados, participantes, ou beneficiários indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos ou pensionistas do Distrito Federal: Sr. Fernando Antônio de Aquino Pavie e Srª. Flávia de Moraes Mendes. Registra-se a participação dos seguintes convidados, servidores do Iprev-DF: Sr. Thiago Mendes Rodrigues, Diretor de Investimentos; Srª Sylvania Neves, Diretora de Governança, Projetos e *Compliance*; Srª Jucelina Santana, Chefe da Unidade de Atuária; Marina Gomes da Silva Nunes, Assessora Especial da Presidência; Vania Pereira da Silva, Assessora da Coordenação de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios da Diretoria de Previdência. O Presidente declarou aberta a sessão, solicitou à Secretaria a verificação do quórum por meio da chamada nominal dos Conselheiros e havendo quórum legal, com três Conselheiros titulares presentes, deu início aos trabalhos. Seguidamente, solicitou à Secretaria que procedesse a leitura da Convocatória com a Pauta. Passou-se para o **Item I - Leitura e aprovação da Ata e do Extrato da Ata da 94ª Reunião Extraordinária**. Por recomendação do Presidente, o Colegiado deliberou pela revisão integral do texto da Ata da Nonagésima Quarta Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – CONFIS ocorrida em 14/11/2023 e posterior leitura e aprovação na Sessão do dia 16/01/2024. Passou à apresentação do tema do **Item II - Relatório de Investimentos (data-base: setembro 33 e outubro/2023)**. A matéria foi apresentada pelo Diretor de Investimentos, por meio de *slides*, gráficos e explanações constando a apresentação integral nos autos do Processo SEI GDF Nº 00413- 35 00000141/2023-20. Iniciou informando sobre a análise da carteira do Fundo Solidário Garantidor que é marcado fortemente pelos Títulos Públicos. Foi apresentado a divisão por gestor, administrador, distribuidor e custodiante e seus respectivos valores, onde se pode verificar na gestão de Custódia, o papel do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal bem como do Bradesco na administração de recursos. Posteriormente, adentrou na composição da carteira com o comparativo de agosto para setembro de 2023 cuja apresentação foi a mesma para o Comitê de Investimentos e Análises de Riscos - CIAR em que houve uma exposição predominante na renda fixa, uma redução na exposição da renda variável e uma forte exposição na redução em investimentos no exterior. Quanto a análise por seguimento apresentou uma redução na questão dos títulos públicos e aumento no IDK sendo todas as movimentações na renda fixa e uma redução na renda variável. Ao contínuo apresentou acerca dos mandatos aprovados no CIAR em setembro. Em relação a apresentação sobre o Fundo Capitalizado, por ser marcado na curva dos Títulos Públicos tiveram um mês positivo. Informou que a avaliação de um

mês para o outro no total da carteira do Fundo Capitalizado, não decorre apenas do rendimento, mas dos recursos de contribuições dos servidores e que para rendimento é efetuado o que se consegue rentabilizar em cima do patrimônio. No acumulado do ano, foi positivo em quase todos os segmentos. Quanto os dados relativos a gestor, administrador, distribuidor e custodiante no Fundo Capitalizado não tem distribuição de recursos aqui. Possui forte custódia do Itaú, Caixa e do Banco do Brasil, bem como a forte composição em Títulos Públicos, e são marcados na curva o que atende na renda fixa com relação a meta atuarial. No Fundo Capitalizado, no comparativo do mês de agosto para setembro verificou-se que na renda fixa é predominante acima de 90% bem como houve uma pequena redução na renda variável, cujo rebalanceamento é prudente e está previsto na Política de Investimentos, mas que é efetuado de forma bem gradual. Verificou-se no comparativo de setembro para agosto está com uma redução de CDI, sendo uma decisão de investimento, porque dos recursos que entram dos servidores todo mês é aplicado diretamente em CDI e depois é distribuído, cuja distribuição foi para título público tendo em vista que na curva ele é sempre positivo. Foi apresentado a distribuição por renda fixa e variável nos níveis de risco, bem como o mandato que foi aprovado para setembro. Ato contínuo, foi abordado o comparativo da análise da carteira do ano até o presente momento dos Fundos Capitalizado, Solidário Garantidor, Financeiro e Administrativo com o acumulado de setembro, em que a proposta para o próximo ano da meta proposta do FSG será IPCA +1,12% e a do Fundo Capitalizado IPCA +5,02% aprovado na Política de Investimentos, em que essa meta foi sugerida em setembro pela empresa contratada de assessoria de serviços atuariais junto à unidade de Atuária que após estudos atuariais recomenda o percentual que permitirá uma melhoria em uma série de fatores, insumos de cálculo, subsídios, permitiu que um “stress de passivo ativo” saiu de 2037 para 2050, cujo termo pode ser entendido como o horizonte em que a entrada mais a rentabilidade dos ativos do Fundo começaria a ficar pressionados pela saída pelos compromissos, ou seja daria mais horizontes para conseguir trabalhar com os investimentos. O Conselheiro Luciano Cardoso questionou se a Diretoria está baseando essa proposta de meta da Política de Investimento no relatório dos estudos atuariais, ocasião em que o Diretor Thiago confirmou e acrescentou que há dois estudos atuariais, sendo o ALM (*Application Lifecycle Management*) em que se mostra os horizontes, perspectivas, passivos previstos, estrutura da carteira e como essa está, sendo o outro um Ofício encaminhado pela empresa de forma mais sintética trazendo a taxa dos parâmetros. O Presidente Marcelo Borba questionou quanto a diferença do percentual estipulado para a meta do FSG que foi de IPCA +1,12% e a do Fundo Capitalizado IPCA +5,02%. O Diretor Thiago informou que tem diversos aspectos, sendo o FSG um Fundo de solvência do sistema previdenciário enquanto que o Fundo Capitalizado é um Fundo que tem compromissos a longo prazo. O Presidente questionou sobre o FSG não entrar no estudo atuarial, oportunidade em que foi respondido pelo Diretor que o fundo entra no estudo porém como fundo de solvência por sua natureza, em que não tem um passivo definido sendo um fundo marcado a mercado, em que caso fosse estipulado uma meta de IPCA +5,02%, que obrigaria a Diretoria de Investimentos a encurtar os investimentos para manter a questão da solvência dele e aumentar muito mais exposição a risco, porque como boa parte da carteira dele é marcada a mercado, caso a taxa de juros suba muito, já colocaria, por exemplo, 1/3 do FSG com performance negativa por causa da marcação dos tipos, o que obrigaria para o resto do fundo uma busca por investimentos de IPCA +12, + 15 ou até + 20%, o que seria uma elevada exposição a risco. O Presidente ressaltou que precisa que seja colocada nos próximos Relatórios de Investimentos, como era anteriormente, o valor da taxa de administração que os Fundos cobram, inclusive os valores quanto a performance. O Diretor de Investimentos informou que irá fazer o levantamento da informação. Retomando a apresentação, trouxe os dados acerca da análise da carteira de setembro/2023 por seguimento contendo os limites da Política de Investimentos, a posição atual da carteira em reais e em porcentagem, o qual informou ser um pedido do Conselho de Administração que toda vez que alcançar os limites 50% dos limites máximos, seja por gestão ativa (busca de investimentos) ou gestão passiva (alguma alteração de saída) teria que apresentar essa informação. Informou que o relatório de setembro/2023 está inserido no processo 00413-00004765/2023-16. No tocante aos dados do mês de outubro/2023 informou ter sido desafiador haja vistas os resquícios de abertura da curva da taxa de juros refletindo muito fortemente nos títulos públicos e que o Ibovespa também não ajudou que, se fosse só pelos Títulos, estaria positivo. Porém com o Ibovespa houve essa queda acentuada negativa em 22 milhões, cujo rendimento acumulado foi de R\$ 260 milhões. Posteriormente apresentou os dados com a distribuição por gestor, administrador, distribuidor e custodiante no Fundo Solidário Garantidor sem os dois fundos da Grid Investimentos. No gráfico apresentado por seguimento houve uma redução de renda

fixa comparado de setembro e outubro, mas uma redução muito mais passiva do que ativa por ser a maior parte da carteira. Informou ainda que o ganho em dinheiro é maior investindo em fundos que investem em títulos públicos do que investindo diretamente nos títulos. Teceu explicações sobre o que seria alocação dinâmica. Posteriormente adentrou sobre os riscos no Fundo Solidário Garantidor bem como dos mandatos e as aprovações pelo CIAR. Informou que está buscando uma certificação mais avançada para dar mais segurança como a certificação de gestor de ativos e gestor de fundos estruturados junto à AMBIMA, em que pese já ser certificado com CPA 20 e certificações RPPS. O Presidente do Conselho questionou quem seriam os membros do CIAR o qual foi prontamente respondido pelo Diretor, acrescentando que houve uma atualização da Portaria de criação do Comitê. Adentrou nas explicações acerca do Fundo Capitalizado que no ano inteiro se manteve positivo e que para esse mês foi o mês mais desafiador. Apresentou a distribuição por gestor, administrador, distribuidor e custodiante, e quanto a análise da carteira verifica-se a acentuação mais em Títulos Públicos e IRF-M1 sendo continuamente positivo. Adentrou na planilha demonstrando os riscos verificado em alto e muito alto, ressaltando ainda a análise por seguimento. Informou que o relatório de outubro/2023 está inserido no processo 00413-00004765/2023-16. Logo após, o Diretor Thiago esclareceu sobre o Despacho encaminhado ao CONFIS (Despacho – IPREV/DIRIN - Id. SEI 127859566 - Processo 00413-00003988/2023-66), quanto aos Fundos de Investimentos no Exterior - FIE, que foram realizados no mês de setembro com prejuízos à carteira do IPREV, que inclusive é objeto de sindicância no instituto e inquérito policial “Operação Imprevidentes”. O Diretor Thiago finalizou a apresentação e agradeceu, permanecendo à disposição para esclarecimento. O Presidente agradeceu pela apresentação e solicitou verificar os relatórios de dezembro de 2022 e janeiro de 2023 para sanear a dúvida do porquê o valor de janeiro está menor que dezembro. E, assim, por unanimidade, aprovaram os relatórios apresentados, de acordo com o fundamento constante no Item 3.2.6 - Política de Investimentos do Manual do PRÓ-GESTÃO RPPS, Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017 e Portaria SPREV nº 918/2022), versão 3.3, aprovada em 20/12/2021. Passou-se para o **item III da pauta: Relatório de Governança de 129 2023 (1º semestre) - Diretoria de Governança, Projetos e Compliance/DIGOV**, apresentado pela Diretora Sylvia Neves. Iniciou cumprimentando a todos os membros do conselho e aos presentes, tecendo uma breve apresentação da sua passagem no órgão. A apresentação se deu por meio de slides e explicações. Informou que o relatório é um consignedo de informações e ações das principais entregas das diretorias e unidades no semestre no presente caso. Ressaltou ainda que caso houvesse alguma dúvida mais no aspecto técnico que não conseguisse responder, os Diretores e Chefes de Unidade estão à disposição do Conselho Fiscal na presente reunião. Informou acerca da realização pelo Iprev da segunda Audiência Pública ocorrida em junho de 2023 em que houve a participação da sociedade por meio do chat e sistema Participa-DF, onde os cidadãos podiam encaminhar suas dúvidas, perguntas em que foi respondido ao vivo pela área que estava apresentando, bem como que aquelas que não eram possíveis responderem no momento da Transmissão, foi respondido por meio do sistema do participa DF. Na audiência pública foi apresentado o relatório de governança corporativa, a Política de Investimentos e os resultados da avaliação atuarial. Informou quanto a previsão para ocorrer a apresentação da Audiência Pública no ano de 2024 previsto para o primeiro semestre. Retomou a apresentação informando que o Relatório de Governança tem a finalidade de consignar em um instrumento as informações e os principais resultados do Iprev durante o semestre de 2023. Apresentou o Mapa Estratégico 2021-2025 do Iprev com a missão, visão e valores, sendo uma importante ferramenta de gestão que foi elaborada em consonância com as diretrizes de projeção, contribuindo também para a criação das matrizes de riscos setoriais. Adentrou na explanação acerca do Relatório de Governança do 1º semestre/2023 cujo monitoramento das informações e dados das áreas relacionados aos projetos pactuados por meio do Painel de Monitoramento Gerencial - PMG do Iprev. Informou que o Instituto possui 53 projetos estratégicos distribuídos entre as Diretorias e Unidades e que desses 53 projetos há 23 projetos pactuados junto ao CONAD em conformidade ao Art. 93 da Lei Complementar Nº 932/2017. 152 Informou que os projetos focam nas melhorias da gestão previdenciária, e que para o exercício de 2024 os projetos serão com foco no Pró-Gestão visando alcançar o nível 3, considerando que atualmente o Iprev possui certificação no nível 2 alcançada em 10 de maio de 2022 junto ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios da Previdência Social (Pró-Gestão RPPS), o que significa que a Autarquia vem adotando as melhores práticas de gestão e pode, inclusive, atuar no mercado financeiro como

Investidor Qualificado. A certificação foi concedida após auditoria e avaliação das práticas de gestão no que se refere a controles internos, governança corporativa e educação previdenciária. Assim, o objetivo é implementar novas práticas, por exemplo, na maturidade de alguns relatórios e mapeamentos de processos. Informou que a certificação no nível 2 tem validade até 2025 e que no ano de 2024 o Iprev irá proceder com a preparação para que no ano de 2025 os requisitos para a certificação no nível 3. Explanou acerca do aplicativo da prova de vida digital que foi um projeto estratégico da Diretora de Previdência, em conjunto com a Coordenação de Tecnologia da Informação - CGTI. Apresentou sobre a concessão de benefícios pela referida Diretoria no primeiro semestre em que fazendo a comparação ao primeiro semestre de 2022, teve uma redução de 218% na concessão de aposentadoria e de 13% na concessão de pensão. Adentrou acerca dos Fundos Financeiros e Capitalizado passando posteriormente a explanar acerca da força de trabalho do Instituto no primeiro semestre de 2023 com um total de 156 colaboradores sendo 116 servidores. O dimensionamento serve como ferramenta mesmo pra desenvolver a gestão de pessoas e o planejamento da força de trabalho dentro do instituto. No tocante ao relatório de pagamento das despesas nos respectivos fundos e seus valores, explanou sobre a taxa de administração que executa as despesas de manutenção do RPPS como um todo, como pessoal ativo, contratos, fornecimento de água, insumos em geral. No que se refere ao pagamento do Fundo Financeiro, esse é responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários cuja folha de pagamento de aposentados e pensionistas do Poder Executivo, Saúde, Educação, Tribunal de Contas, CLDF e Defensoria Pública. O Conselheiro Luciano mencionou que teria uma crítica sobre não haver dados quanto aos valores do Fundo Constitucional, inclusive o Conselho irá solicitar para a Diretora Célia da importância visto que o próprio relatório da Lei de Responsabilidade Fiscal, em função de uma decisão do Tribunal de Contas, determina que a Contabilidade publique com os valores do Fundo Constitucional. No tocante a compensação previdenciária esta é o acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referente ao tempo de contribuição utilizado pelo segurado na concessão do benefício em outro regime de previdência. É operacionalizada por meio do Sistema de Compensação Previdenciária - COMPREV. A Diretora Sylvia esclareceu que em razão da natureza técnica das próximas informações solicitou a presença da Chefe da Unidade de Atuária e do Diretor de Investimentos. O Conselho deliberou no tocante a apresentação por parte do Diretor de Investimentos, poderia ser dispensada, haja vista que a Diretoria apresenta as informações e os dados de forma contínua para o Conselho. Na sequência, a Chefe da Unidade de Atuária Sr<sup>a</sup> Jucelina Santana com a palavra, iniciou a sua apresentação informando que é a mesma apresentada na Audiência Pública de junho de 2023 onde foi efetuado o comparativo das receitas da avaliação atuarial de 2023 em relação ao exercício 2022, sobre a variação do resultado em relação à situação do plano capitalizado em 2023. Informou que foi mantida a mesma taxa de juros da Política de Investimentos, como foi efetuada nos outros anos, o déficit seria de R\$ 1 bilhão e 691 milhões e que ficou com um superávit de R\$ 194 milhões relativo ao Fundo Capitalizado. No tocante ao plano financeiro, foi utilizada a taxa de juros parâmetro. Quanto a análise comparativa dos resultados no Fundo Financeiro em relação às alterações da Reavaliação Atuarial realizada em 2022 para a Reavaliação Atuarial de 2023, houve redução de 68,82% na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder devido a alteração na taxa de juros, redução de 39,27% na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos devido a alteração na taxa de juros. A variação da taxa de juros impacta nos valores das provisões matemáticas. Caso os juros fossem mantidos em 2,60%, haveria aumento de 16,16% nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Aumento de 9,90% nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos. Informou que da Política de Investimentos o déficit em 2022, era de R\$ 336 bilhões, ficaria em R\$ 381 bilhões. A Chefe Jucelina Santana agradeceu a todos pela oportunidade, e informou que irá analisar o gráfico apresentado para sanear a dúvida do Conselheiro Luciano enquanto ao comparativo da evolução do resultado técnico atuarial relativo a barra de cor verde no slide. Prosseguindo a apresentação, foi questionado à Diretora Sylvia quanto a certificação, a qual informou que irá produzir um material atualizado com a relação dos Diretores, Conselheiros, datas de validades e outras informações para encaminhar ao Conselho. Na ocasião agradeceu a todos. Passou-se para o **item IV da pauta: Prestação de Contas 2023: minuta do 209 Relatório Preliminar das Contas referente ao trimestre julho à setembro de 2023**. Foi analisado e discutido entre os Conselheiros presentes. Foi analisado também os dados e informações lançados na Avaliação Atuarial publicada no site do Iprev. Assim, por unanimidade o Relatório foi aprovado pelo Conselho e deliberou-se pelo seu encaminhamento à Presidência do IPREV para conhecimento e providências após as suas devidas correções textuais. **Na**

**pauta dos Assuntos Gerais**, foi abordada sobre a elaboração do Calendário Anual das reuniões do Conselho em que ficou deliberado que se manterá nos dias já definidos em calendários anteriores, sendo as terceiras terças-feiras de cada mês, enquanto que em julho e dezembro será na primeira terça-feira dos referidos meses. Posteriormente o Presidente Marcelo Borba informou que a servidora Vânia irá prestar o auxílio para a servidora Marina na Secretaria dos Conselhos, que a partir de agora assumirá os trabalhos junto ao Conselho em substituição à Secretária Anny. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Lavrada a presente Ata, após lida e aprovada, será disponibilizada nos autos do Processo SEI GDF 00413-00000141/2023-20 para assinatura digital pelos Conselheiros Titulares presentes.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO CRUZ BORBA - Matr.0281864-7, Presidente do Conselho Fiscal**, em 25/01/2024, às 14:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO CARDOSO DE BARROS FILHO - Matr.0281187-1, Membro do Conselho Fiscal**, em 25/01/2024, às 15:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA MARIA OLIVEIRA GOMES - Matr.0278648-6, Membro do Conselho Fiscal**, em 25/01/2024, às 16:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=131906648)  
verificador= **131906648** código CRC= **1FC75029**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS quadra 9, torre B, 5º andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Asa Sul - CEP 70308200 - DF

Telefone(s): 31053446

Sítio - [www.iprev.df.gov.br](http://www.iprev.df.gov.br)